

## XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda.

**Morada:** Av. da Liberdade, n.º 45, 5.º Esq., 1250-147 Lisboa

**NIF:** 504 123 456

Lisboa, 15 de março de 2024

À

**2ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa**

**Juiz:** Dr. José Almeida

**Endereço:** Rua da Prata, n.º 10, 1150-252 Lisboa

**Processo n.º 2024/1234T8LSB** – XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. vs. ABC – Consultoria Empresarial, Lda.

---

### Assunto: Carta de Notificação – Contestação da Penhora

Ex.mo Senhor Juiz,

**ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, pessoa coletiva de direito privado, com sede na Rua de São Bento, n.º 78, 2.º Dto., 1200-365 Lisboa, NIF 508 987 321, representada neste ato pelos seus mandatários, **Dr. João Silva**, advogado, OA 12345, e **Dra. Maria Fernandes**, advogada, OA 67890, vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar a **oposição à penhora** decretada nos autos do processo acima referenciado, pelos fundamentos de facto e de direito que a seguir expõe.

---

## 1. Síntese dos Factos

1.1. No âmbito do processo declarativo de incumprimento de contrato, foi proferida decisão interlocutória em **10 de fevereiro de 2024**, determinando a **penhora** dos seguintes bens da ré, sob o número de registo **2024/5678/LP**:

Nº	Descrição do Bem	Localização	Valor de Avaliação (€)
1	Veículo ligeiro – Mercedes-Benz Classe C, matrícula 12-34-AB	Parque de estacionamento da sede da ré	25 000,00
2	Equipamento informático – 12 servidores Dell PowerEdge	Sala de servidores da sede	45 000,00
3	Conta bancária – Banco Santander, IBAN PT50 0035 0000 1234 5678 9015	Depósito em conta corrente	30 000,00

1.2. A decisão foi notificada à ré em **15 de fevereiro de 2024**, sendo que a mesma, por intermédio dos seus mandatários, tomou conhecimento da medida e, imediatamente, verificou a existência de vícios que a tornam **nula e ineficaz**.

---

## 2. Fundamentação Jurídica da Oposição

### 2.1. Violação do Princípio da Proporcionalidade

A **penhora** dos bens acima enumerados revela-se desproporcional face ao montante da dívida alegada pela parte autora, que se quantifica em **€ 40 000,00** (quarenta mil euros). A penhora de ativos cujo valor totaliza **€ 100 000,00** (cem mil euros) excede manifestamente o necessário para garantir o cumprimento da obrigação,

contrariamente ao disposto no art. 647.º do Código de Processo Civil (CPC), que impõe a adoção de medida menos gravosa quando possível.

## 2.2. Falta de Fundamentação na Decisão Interlocutória

A decisão que ordenou a penhora não indicou, de forma clara e motivada, os **fundamentos de facto** que justificariam a escolha dos bens especificados. O art. 562.º, n.º 2, CPC exige a exposição dos elementos de facto e de direito que sustentam a medida constritiva, o que não foi observado, tornando a decisão **nula de pleno direito**.

## 2.3. Inexistência de Prévia Notificação de Incumprimento

Nos termos do art. 730.º, n.º 1, CPC, a penhora só pode ser decretada após a parte credora ter **exigido previamente o cumprimento da obrigação** e o devedor ter sido notificado do incumprimento. No presente caso, a XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. não procedeu a qualquer notificação de incumprimento, limitando-se a ajuizar a presente ação, o que viola o princípio da **cautela** e da **boa-fé**.

## 2.4. Inexistência de Garantia Real Pré-via

A legislação aplicável (art. 643.º, CPC) estabelece que a penhora só pode recair sobre bens que não estejam já gravados por outra garantia real. O veículo e os servidores encontram-se, respectivamente, sujeitos a **garantia bancária** e a **leasing** com a Caixa Geral de Depósitos, conforme comprovativos anexos (doc. 1 e doc. 2). A penhora, portanto, viola a ordem de preferência dos credores.

---

## 3. Pedido

Em face do exposto, requer a V. Exa. que se digne a:

Nº	Pedido
1	Declarar a <b>nulidade</b> da decisão interlocutória que decretou a penhora dos bens descritos na tabela do ponto 1.2.
2	Determinar a <b>levância imediata</b> da penhora, com a consequente liberação dos bens penhorados, sob pena de imposição de coima diária de <b>€ 500,00</b> (quinhentos euros), nos termos do art. 657.º, CPC.
3	Caso V. Exa. entenda pela manutenção da medida, que seja limitada à penhora de bens cujo valor total não ultrapasse <b>€ 45 000,00</b> , de forma a garantir a proporcionalidade.
4	Condenar a parte autora ao pagamento das custas judiciais e dos honorários de advogado, nos termos do art. 84.º, CPC.

---

## 4. Documentação Anexa

Nº	Descrição	Documento
1	Contrato de leasing do veículo Mercedes-Benz	Anexo A
2	Contrato de locação financeira dos servidores Dell	Anexo B
3	Extrato bancário comprovativo da conta penhorada	Anexo C

N.º	Descrição	Documento
4	Cópia da notificação de início do processo (10/02/2024)	Anexo D

## 5. Conclusão

A **ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**, reafirma o seu compromisso com o cumprimento das obrigações contratuais, mas não pode aceitar medidas constritivas que se revelem **ilegalmente fundadas** e **excessivamente gravosas**. A presente oposição tem por objetivo salvaguardar os direitos da ré, bem como garantir a observância estrita dos princípios do devido processo legal.

Pede deferimento.

Lisboa, 15 de março de 2024

**Dr. João Silva**

Advogado – OA 12345

**Dra. Maria Fernandes**

Advogada – OA 67890

**ABC – Consultoria Empresarial, Lda.**

Rua de São Bento, n.º 78, 2.º Dto., 1200-365 Lisboa

NIF 508 987 321